

23/01/2021

APEOESP

12

Acesse: www.apeoesp.org.br
imprensa@apeoesp.org.br

Informa Urgente

SINDICATO DOS PROFESSORES DO ENSINO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Filiado à **CNTB** e **CUT**

CER DA APEOESP DECIDIU:

**MOBILIZAÇÃO PERMANENTE
CONTRA A VOLTA ÀS AULAS
PRESENCIAIS SEM VACINAÇÃO
E SEGURANÇA SANITÁRIA**

Nossa luta incondicional é pela vida!

Aprendizagem se recupera. Vidas não!

Todas as vidas importam!

**Volta às aulas presenciais só com
segurança sanitária e vacinação!**

**Pela anulação do confisco nos salários de
aposentados e pensionistas**

**Reuniões de Representantes e Assembleia estadual regionalizada
debaterão e deliberarão indicativo de greve para 8/2**

Secretaria de Comunicação

Fora Bolsonaro/Mourão/Guedes. Impeachment já!

O Brasil atingiu 215.299 mortes por Covid-19 no dia 22 de janeiro, com 8.755.133 casos registrados. Foram mais 1096 mortes em 24 horas. Em São Paulo, foram registrados 1.679.759 casos, com 51.192 mortes.

Os números mostram o agravamento da pandemia, evidenciando os resultados da política irresponsável e genocida do governo Bolsonaro e também a ineficácia do governo Doria para combater a pandemia no nosso estado.

A gravidade da situação que se verifica em Manaus e em outras cidades do Amazonas e do Pará, onde se observa superlotação dos hospitais e a falta de oxigênio, assim como situações limite em outros estados e cidades pelo Brasil, faz acender o sinal de alerta máximo.

A situação se agrava com os problemas criados por Bolsonaro com o governo chinês, que decide sobre o fornecimento de insumos para a fabricação das vacinas, além de seu comportamento negacionista frente à pandemia, fatos que deixam claro que o Brasil não pode mais ser governado por Jair Bolsonaro/Mourão/Paulo Guedes e demais integrantes deste governo.

Estratégia de propagação do vírus de Bolsonaro poderá levar ao impeachment

Bolsonaro conduz uma política institucional de propagação do coronavírus, como bem concluíram especialistas da Faculdade de Saúde Pública da USP.

Por meio da análise de 3.049 normas federais produzidas em 2020, o estudo mostrou que Bolsonaro executou um projeto de propagação, com grande empenho e eficiência da União em prol da ampla disseminação do vírus no território nacional, declaradamente com o objetivo de retomar a atividade econômica o mais rápido possível e a qualquer custo.

Isso também alimentado pela produção de notícias falsas, ao ponto do Twitter suspender a conta oficial do Ministério da Saúde.

Segundo o estudo realizado, Bolsonaro produziu uma guerra em que a maior parte da energia de parte das instituições e da sociedade organizada foi dissipada para reduzir os danos produzidos por suas ações, em vez de se concentrar em combater a maior crise sanitária do século. O estudo afirma ainda que o uso da máquina do Estado para promover destruição tem sido determinante para produzir a realidade atual de mais de 1.000 covas abertas por dia para abrigar pessoas que poderiam estar vivas.

O estudo é claro: essa estratégia de propagação do vírus de Bolsonaro dá base legal e factual para o processo de impeachment. Portanto, a pressão sobre a presidência da Câmara e o conjunto do Congresso Nacional é necessária em defesa da vida dos brasileiros e para evitar o colapso econômico e social do nosso país. Não é possível continuarmos a assistir milhares de mortes de brasileiros e brasileiras, ver empresas irem embora, fechando milhares de postos de trabalho, num contexto de altíssima taxa de desemprego.

Por isso participamos ativamente das carreatas do dia 23 de janeiro pelo impeachment, em defesa da vida e nos manteremos mobilizados. Foram grandes manifestações, que se combinam com a vertiginosa queda do apoio popular ao governo Bolsonaro, que caiu de 37% para 31%, de acordo com o Datafolha.

Emprego, renda, segurança alimentar, continuidade do auxílio emergencial e saúde pública para todos

A luta pelo impeachment de Bolsonaro/Mourão/Guedes se justifica pela necessidade de assegurarmos a cessão dos retrocessos e da retirada dos direitos da classe trabalhadora e da população. Para nós, nesse momento de agravamento da pandemia e suas consequências

econômicas e sociais, lutamos pela continuidade do auxílio emergencial para todos os que necessitam.

Lutamos também pela garantia de sustentabilidade alimentar para toda população, bem como garantia de emprego e renda para todos, impedindo que prossiga o desmonte da nossa economia, do parque industrial brasileiro, dos serviços públicos e a escalada do desemprego.

A APEOESP também participará do lançamento da Frente Nacional em Defesa da Saúde Pública e se integrará à campanha pelo fortalecimento do SUS, ainda mais fundamental nesse momento de agravamento da pandemia.

DORIA/ROSSIELI COLOCAM EM RISCO A VIDA DE TODOS

O agravamento da pandemia levou o Reino Unido a fechar novamente as escolas, assim como Portugal. Pelo menos 30 países no mundo tomaram essa decisão, como Arábia Saudita, Turquia, Paquistão, Mianmar, Venezuela, Filipinas, México, Polônia.

Neste quadro, que exige cautela, responsabilidade e respeito à vida, o governo Doria/Rossieli quer promover uma volta às aulas presenciais de forma autoritária e irresponsável. Não vamos permitir!

BolsoDoria em ação provoca o caos econômico e social

Doria se diferencia no marketing, mas como Bolsonaro, ataca fortemente a ciência e a saúde pública, cortando verbas de pesquisas

científicas, de hospitais públicos, das Santas Casas e hospitais filantrópicos e fechando alas importantes de atendimento em hospitais estaduais.

Também ataca diretamente a economia do estado, o emprego e o bolso dos trabalhadores, a partir da aprovação do PL 529, aumentando o ICMS sobre alimentos e outros produtos da cesta básica, prejudicando a parcela mais pobre da população paulista.

O recuo do governo ainda é insuficiente

A pressão da APEOESP e da nossa categoria vem surtindo efeito. Realizamos um ato simbólico na sexta-feira, 22 de janeiro em frente à SEDUC contra a volta irresponsável às aulas presenciais, observando todas as normas de segurança sanitárias. A manifestação alcançou grande repercussão.

Uma hora depois, em entrevista coletiva, o governo foi obrigado a adiar a volta às aulas para 8 de fevereiro, recuando da obrigatoriedade das aulas presenciais, mas isso ainda é insuficiente. Queremos as escolas fechadas enquanto não houver vacinação e segurança sanitária.

Pela nossa pressão, três dos quatro dias de planejamento não mais serão presenciais. Vamos continuar lutando para que todos os dias sejam realizados de forma remota.

A orientação é de que os professores não compareçam a essa atividade presencial, porque ela coloca todos e todas em risco.

É importante dizer que se algum professor ou professora está temendo não receber bônus pelo não comparecimento, o governo Doria/Rossieli está cometendo mais uma maldade: NÃO HAVERÁ BÔNUS.

Também devemos intensificar o diálogo com pais, mães, estudantes e toda a sociedade para que não compareçam às escolas e orientar os professores a também não comparecerem, pois a defesa incondicional da vida é a nossa máxima prioridade.

■ As escolas não estão preparadas

Nossas escolas não estão preparadas para o retorno às aulas presenciais, pois não há condições para a garantia dos protocolos de segurança sanitária necessários para a defesa da vida. O governo realizou uma certa maquiagem das escolas, mas não resolveu os problemas estruturais das unidades escolares.

O estudo encomendado pela APEOESP ao Instituto dos Arquitetos do Brasil –Seção São Paulo (IAB-SP) e DIEESE, que deu origem ao Manual Técnico para Escolas Saudáveis (<http://www.apeoesp.org.br/publicacoes/escolas-saudaveis/>) mostra que, entre outras deficiências:

- 99% das escolas estaduais não têm enfermaria
- 82% não têm mais que dois banheiros
- 93% das turmas teriam que ser readequadas para cumprir o distanciamento mínimo de 1,5 metro entre os estudantes, lembrando que a SEDUC não reduziu o módulo de número de estudantes por sala. Nossa reivindicação é que esse número seja de no máximo 25 estudantes.
- 11% das escolas não possuem pátio.
- 13% não têm quadras.
- Existem pelo menos mil salas de aula sem condições de ventilação e iluminação para a realização de aulas, o que se torna ainda mais grave neste momento de pandemia.

Portanto, apesar de todas as deficiências e limitações, é necessário manter as atividades educacionais remotas, até que haja condições seguras para o retorno às escolas.

■ Vacinação já!

Nossa luta pela vacinação dos profissionais da educação na primeira fase, juntamente com os profissionais da saúde, idosos, indígenas e quilombolas assumiu dimensão nacional, acatada pela CNTE a partir da proposta da APEOESP e obteve uma vitória

importante, com a inclusão dos trabalhadores da educação básica e superior, como uma das prioridades nacionais para a imunização. Aguarda-se, agora, o cronograma de vacinação.

Vamos intensificá-la. Também nos incorporamos à luta pela vacinação de toda a população. Só será possível pensar em volta às aulas presenciais se pelo menos 60% da população estiver vacinada.

É importante salientar que não há vacinas suficientes no Brasil e no estado de São Paulo sequer para imunizar os segmentos prioritários. Isto ocorre pela incompetência dos governos Bolsonaro e Doria, independentemente do que diz a propaganda de ambos. Bolsonaro, inclusive, voltou a colocar em dúvida a eficácia da vacina.

Todas as subsedes devem se engajar ativamente na luta

As subsedes devem ocupar todos os espaços para debater profundamente com a comunidade escolar e toda a sociedade a luta incondicional pela vida, contra a irresponsável volta às aulas de Doria/Rossieli: mídias locais (rádios, TVs, jornais), redes sociais, Câmaras Municipais, carros de som e outros espaços.

Devem continuar incentivando professores, estudantes, pais/mães, funcionários a gravarem vídeos curtos contra a volta às aulas presenciais neste momento de pandemia, remetendo-os à Sede Central (presiden@apeoesp.org.br).

De 25 a 28 de janeiro, as subsedes devem organizar atos/carreatas regionais em defesa da vida, contra a volta irresponsável às aulas presenciais, articulando a atividade com pais, estudantes, funcionários, movimentos e profissionais da educação de outras redes.

Manifestação estadual

No dia 29 de janeiro, sexta-feira, realizaremos novo ato na SEDUC para deixar claro o nosso posicionamento e dizer ao secretário que

não compareceremos às escolas nessa situação de pandemia e que estamos dispostos a ir à greve sanitária em defesa da vida.

Calendário:

Reunião de representantes, assembleia estadual e greve

Os próximos dias são fundamentais para a defesa da vida na rede estadual de ensino.

O CER decidiu indicar a greve sanitária em defesa da vida a partir do seguinte calendário:

- **25 a 28/1** – carreatas/atos regionais – utilizar os espaços do planejamento escolar remoto para debater a greve
- **29/1** – manifestação estadual
- **30/1 a 4/2** – reuniões de representantes em todas as subsedes para debater a greve e outras propostas
- **5/2** – assembleia estadual regionalizada
- **8/2** – indicativo de greve da comunidade escolar em defesa da vida

Nossa greve não se limitará à questão da volta às aulas, mas a defesa da vida também engloba nossa questão salarial e nossas condições de trabalho.

Pesquisa mobilizadora sobre a volta às aulas presenciais

No processo de preparação para a greve em defesa da vida e diálogo com a categoria, está disponível no portal da APEOESP uma pesquisa para aferir a opinião das professoras e dos professores, assim como dos funcionários das escolas, integrantes do suporte pedagógico, estudantes, pais, mães, fortalecendo o nosso movimento. Essa iniciativa debatida no CER já tem a adesão da AFUSE e da APASE e também será discutida com o CPP e outras entidades/movimentos.

Para responder à pesquisa, acesse <https://bit.ly/3iFK6J6>

■ Materiais

APEOESP veiculará nas redes sociais materiais para esclarecimento e mobilização da categoria e de toda a comunidade. Encaminharemos faixas, bandeiras, adesivos e outros materiais às subsedes.

APEOESP VAI À JUSTIÇA CONTRA A INJUSTA ATRIBUIÇÃO DA CATEGORIA O

Mais uma vez a atribuição de aulas dos professores da categoria O foi marcada pela desorganização e injustiças com este segmento que já é tão precarizado e mal remunerado.

Para além do absurdo de realizar uma atribuição exclusiva para aulas presenciais (contra o que a APEOESP ingressou com ação na Justiça), a atribuição foi marcada pela legislação que determina o respeito pela classificação geral e isso não aconteceu.

As subsedes devem mapear todos esses casos nas regiões e utilizar um modelo de ofício de teor jurídico que será disponibilizado no portal da APEOESP para solicitar às Diretorias de Ensino a anulação deste processo irregular. Além disso, uma medida judicial geral será tomada pelo departamento jurídico com base nos casos que já nos chegaram ao conhecimento.

■ Auxílio emergencial

Continuaremos a cobrar do governo estadual a criação de um auxílio emergencial para professores contratados (categorias O, S, V), extremamente injustiçados e prejudicados durante a pandemia.

ANULAÇÃO DO CONFISCO DOS SALÁRIOS DE APOSENTADOS E PENSIONISTAS TAMBÉM É PAUTA DA NOSSA GREVE

A APEOESP vem desenvolvendo uma forte campanha pela anulação do criminoso confisco nos salários dos aposentados e pensionistas imposto pelo governo Doria.

Este é um segmento muito importante da nossa categoria e essa injustiça não pode continuar. Por isso, a luta contra o confisco também é parte da greve que a APEOESP está indicando para ter início em 8/2.

Na próxima semana as reuniões de representantes deverão debater essa questão e definir propostas de mobilizações (carretas) estaduais a serem realizadas nas ruas da capital e também na ALESP. As propostas serão discutidas e deliberadas pela assembleia virtual regionalizada do dia 5/2.

Essa questão também faz parte da pesquisa disponível no portal da APEOESP.

